

# UNIDADE E LUTA

Nº 4

II SÉRIE

FEVEREIRO DE 1981

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO PAICV

## PAICV



fidelidade a amilcar cabral



# Comissão Política do PAICV



Reunido no dia 21 de Janeiro, na Praia, pela primeira vez após o I Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde, o Conselho Nacional elegeu no seu seio a Comissão Política.

Assim, da Comissão Política do PAICV fazem parte, além dos camaradas Secretário-Geral, Aristides Pereira, e Secretário-Geral Adjunto, Pedro Fries, os camaradas Abílio Duarte, José Araújo, Honório Chantre, Silvano da Luz, Ovídio Lopes da Silva, Ovídio Pires e Júlio de Carvalho.

## SUMÁRIO

PAICV: FIDELIDADE A A. CABRAL . . . . . 3

PROCLAMAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV) . . . . . 4

RESOLUÇÃO GERAL DO I CONGRESSO DO PAICV . . . . . 6

A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE SOB A BANDEIRA DO PAICV . . . . . 8

AS CARÊNCIAS IDEOLÓGICAS RESULTADO DA REALIDADE SÓCIO-CULTURAL EM QUE ACTUAVA O PARTIDO . . . . . 10

POR O PODER NAS MÃOS DO POVO . . . . . 11

ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO PAICV . . . . . 14

DOIS POEMAS DE UM SÓ GOLPE . . . . . 17

SOLIDARIEDADE COOPERATIVISTA . . . . . 18

A FORMAÇÃO E OS RECURSOS HUMANOS . . . . . 20

ALGUNS REFLEXÕES SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA . . . . . 23





## PAICV: fidelidade a Amílcar Cabral

Um partido não é uma relíquia da História. Um partido é um instrumento de trabalho. O PAIGC foi destruído pelo golpe de 14 de Novembro.

Viva o PAICV!

Os militantes das estruturas cabo-verdianas do que foi o PAIGC demonstraram possuir real sentido da História e coragem, atributos básicos de um revolucionário, ao reconhecerem que o valioso instrumento projectado por Amílcar Cabral e construído com sangue e suor dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, tinha sido destruído num acidente de percurso da gloriosa marcha desses povos rumo ao futuro.

Foi preciso coragem política para reconhecer o fim do PAIGC. Como sempre acontece quando desaparece um ente que nos é querido, os mecanismos íntimos de defesa reagem, fechando-se à aceitação dos factos que agridem a nossa consciência. Não funcionando os mecanismos contrários, accionados pelo sentido das responsabilidades, a tentação é o refúgio no irrealismo e no aventureirismo.

Foi preciso coragem política para reconhecer a enorme derrota que foi o golpe de 14 de Novembro e para escapelizar as mazelas que a ele conduziram.

Mas na derrota, construindo através do debate a consciência colectiva de que estamos mais fracos, analisando os erros e os condicionamentos históricos, traçando os rumos do futuro e, sobretudo, adaptando o instrumento de luta — o Partido — à nova realidade, os congressistas que proclamaram o PAICV mais não fizeram que transmitir aos militantes que os elegeram, ao povo cabo-verdiano e ao mundo uma mensagem; continuamos a luta, fiéis ao pensamento de Amílcar Cabral e interpretando os profundos anseios do povo de Cabo Verde.

Enganam-se a si próprio aqueles que se embriagam com o calor da polémica, com os aplausos interesseiros, com os odores nauseabundos das denúncias forjadas no aviltamento da História. Quem coípe para o céu mais não faz que sujar a própria face.

Os militantes do PAICV, coesos à volta da Direcção do Partido, têm consciência das tarefas que o momento histórico lhes impõe: aperfeiçoar a nossa organização de vanguarda, defender as conquistas de 25 anos de luta, iniciar a fase planificada da reconstrução nacional, aprofundar a democracia participativa e refazer no plano externo o prestígio da nossa gloriosa luta de libertação, conspurcado pela fama que os golpistas de Bissau atiram sobre si mesmos e sobre aqueles que a seu lado lutaram.

Os militantes do PAICV estão conscientes de que tudo isso será feito como Cabral ensinava: não com barulho de tam-tam e conversa fiada, mas mostrando ao nosso povo e ao mundo acções concretas.

Assim como um partido, a unidade não é um fim em si, mas um meio que possibilita a acção conjunta. Que aqueles que hoje se esgançam para sabotar as bases de confiança que possibilitam a unidade tomem consciência de que os povos acreditam naqueles que fazem e não naqueles que gritam.

Aprendendo a dimensão africana e universal do legado político de Amílcar Cabral, os militantes do PAICV não tomam a postura de seu fiel depositário ou de seu guardião. Juram sim materializá-lo de forma consequente em Cabo Verde, exprimindo ao mesmo tempo o desejo de que seja possibilitado a outros povos africanos, e em primeiro lugar ao povo da Guiné-Bissau, desfrutar desse valioso património. Cientes do que a similitude de objectivos históricos de povos que uma luta comum irmanou será um factor decisivo para refazer a unidade agora tão dramaticamente posta em causa. ●

### CONSELHO DE REDACÇÃO

**OLÍVIO PIRES** - coordenador para os assuntos políticos-ideológicos.

**DAVID HOPFFER ALMADA** - coordenador para os assuntos jurídicos.

**VIROÍLIO FERNANDES** - coordenador para os assuntos económicos.

**CORENTINO SANTOS** - coordenador para os assuntos financeiros.

**IRINEU GOMES** - coordenador para as questões sociais.

**DULCE ALMADA** - coordenadora para os assuntos educacionais e culturais.

### CORPO REDACTORIAL

**CHEFE DE REDACÇÃO** - Manuel Delgado.

**ARRANJO GRÁFICO** - Osvaldo Azevedo.

**FOTOGRAFIA** - colaboração militante da equipa "VOZ DO POVO".



# Proclamação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV)

Aprovada pelo I Congresso do PAICV,  
a Proclamação do PAICV  
foi divulgada a 20 de Janeiro de 1981.

A 14 de Novembro de 1980 um duro golpe foi desferido em Bissau, contra o Partido que, desde 1956, vinha conduzindo a luta dos povos da Guiné e Cabo Verde pela sua libertação, progresso e felicidade.

Organizado na base de um nacionalismo estreito e utilizando argumentos raciais, o golpe de Bissau foi orientado, desde as primeiras horas, no sentido da destruição do processo da unidade Guiné/Cabo Verde. As acusações caluniosas de colonialismo e hegemonia dirigidas pelos autores do golpe contra a nação caboverdiana e a reconciliação com os inimigos do PAIGC, são disso clara manifestação.

Esse acto constituiu violação flagrante de todos os princípios do PAIGC, atingindo-o gravemente nos seus próprios fundamentos.

A acção golpista não se limitou à esfera do estado guineense tendo feito substituir a direcção partidária na Guiné-Bissau por um "Conselho da Revolução" política, ideológica e organizadamente estranho ao PAIGC, que foi

assim derrubado do poder. O Secretário-Geral Adjunto do PAIGC foi preso e encontram-se ainda nas prisões outros dirigentes. Alguns dos mais altos responsáveis foram mortos.

O golpe teve como consequência grave a inviabilização das estruturas de direcção supra-nacionais do PAIGC, as quais se viram bloqueadas e, desta forma, esvaziadas do seu conteúdo.

Com a sua acção anti-partidária - com os métodos e argumentos utilizados -, os autores do golpe de Bissau destruíram as bases em que assentavam a opção e o processo da unidade, a identidade ideológica, a confiança mútua, a igualdade de responsabilidades.

Ficou a esta situação e tendo em conta a sua responsabilidade perante o povo caboverdiano e a África, a organização nacional do PAIGC em Cabo Verde assumiu o carácter de partido nacional, chamando a si a responsabilidade de garantir a salvaguarda das conquistas já alcançadas e o prosseguimento da marcha vitoriosa para a realização integral dos objectivos da luta.

Assim,

A Conferência Nacional dos militantes do PAIGC em Cabo Verde

erigida em Congresso,

PROCLAMA a existência de um partido nacional em Cabo Verde, o qual passará a denominar-se PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV).

O PAICV surge no itinerário histórico do PAIGC, como um imperativo da luta do povo de Cabo Verde cujas conquistas devem ser preservadas e desenvolvidas no interesse das gerações presentes e vindouras.

Ao assumir esta missão histórica e revolucionária, o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE, que reúne no seu seio os mesmos militantes que, na vanguarda do povo caboverdiano, vêm conduzindo a luta pela independência, progresso e justiça social, proclama a sua fidelidade ao pensamento de AMILCAR CABRAL, o qual continuará a guiar a sua acção.

Como legítimo continuador da missão histórica do PAIGC à frente da luta do povo caboverdiano, o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV), baseado na confiança das massas populares, nos seus militantes - nos quais estas vêm a garantia da defesa dos seus interes-

ses e da realização das suas profundas aspirações - assume a plenitude da função política dirigente da sociedade e do Estado.

**O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** define-se como um movimento de libertação no poder, que, no quadro de uma democracia nacional revolucionária, aglutina as forças nacionais no sentido da consolidação da independência política e do desenvolvimento económico e social harmonioso de Cabo Verde.

**O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** assume o conteúdo ideológico do programa do PAIGC, e continuará empenhado na sua materialização com vista à realização do objectivo supremo de luta do povo caboverdiano: construir uma nova sociedade de justiça, progresso, liberdade, onde não haja exploração do homem pelo homem.

Em coerência com os altos valores que nortearam sempre a luta de libertação nacional e interpretando o verdadeiro sentido da História, o **PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE** faz a sua opção pelo princípio da unidade africana, princípio cuja validade histórica foi comprovada na luta dos povos pela sua emancipação, nomeadamente na luta que conduziu à independência nacional os povos da Guiné e Cabo Verde.

O **PAICV** observará, na esfera política internacional, os princípios que nortearam, nesse plano, a acção do **PAIGC**. Exprime o seu desejo de manter relações privilegiadas com os partidos que pertenceram à **CONCP** e com todos os partidos e organizações que apoiaram a luta de libertação nacional.

Na construção da sociedade, o **PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** continuará a guiar-se pelas decisões do III Congresso do **PAIGC** aplicáveis na presente etapa.

Assim,

**O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE**

(**PAICV**) exerce a função política dirigente da sociedade e do Estado em Cabo Verde estabelecendo as bases gerais do programa político, económico e social de defesa e segurança; definindo as etapas e as vias para atingir os objectivos fixados para cada uma delas; orientando e controlando o exercício do poder de Estado, de forma a garantir o cabal cumprimento do seu programa; associando as massas populares ao exercício do poder, de modo a garantir a natureza democrática do regime e a defesa dos seus interesses.

O programa de desenvolvimento económico e social do Partido visa prioritariamente a liquidação das sequelas da dominação colonial, a conquista gradual e segura da independência económica nacional, a liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes. Para a concretização do seu programa de desenvolvimento económico e social, o **PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** afirma-se como força dinamizadora do aproveitamento nacional e da valorização dos recursos naturais de Cabo Verde e do desenvolvimento das forças produtivas nacionais; promove a elevação constante da capacidade técnica cultural e do bem estar social dos trabalhadores; estimula a criatividade na base dos valores da cultura nacional.

Na convivência com os outros povos, o **PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** proclama a sua fidelidade indefectível aos princípios que desde sempre orientaram a presença do **PAIGC** no mundo, situando-se, deste modo, entre as forças progressistas verdadeiramente empenhadas na luta pela dignificação dos homens e das nações. Como garante da soberania plena, o **PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** aplicará, nas suas relações com o exterior, uma política de estrita observância do princípio da independência de pensamento e acção e orçará

a solidariedade com os povos que lutam contra a dominação imperialista.

No desempenho da missão histórica de força política dirigente da sociedade caboverdiana, o **PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)** promoverá o estabelecimento e o desenvolvimento de relações de cooperação entre a República de Cabo Verde e todos os Estados, na base do Direito Internacional e dos princípios da independência nacional, da não-ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens.

Assim,

A República de Cabo Verde continuará a aplicar uma política de não-alinhamento consequente designadamente no que se refere ao apoio à luta dos povos oprimidos e ao combate por uma nova ordem económica internacional, a coexistência pacífica, a cooperação entre todos os povos, a paz e o desarmamento geral e completo.

Em África, no plano continental ou regional, o **PAICV** afirma que Cabo Verde se manterá fiel ao princípio da unidade, concebido como um meio para o progresso dos povos. O Estado de Cabo Verde continuará a participar activamente nas organizações regionais e continentais que visem a materialização dos ideais da Unidade Africana; agirá nomeadamente no sentido de consolidar as relações privilegiadas já existentes entre os países africanos emergentes da luta contra o colonialismo português.

Fundando-se nos estreitos laços gerados na história entre o povo caboverdiano e o povo guineense, o **PAIGC** exprime o desejo dos seus militantes de ver desenvolverem-se entre a República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau relações fraternas de cooperação em todos os domínios, de acordo com os princípios definidos de política externa e o interesse verdadeiro dos dois povos.

Praia, 20 de Janeiro de 1981

**O CONGRESSO DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)**



A MESA DA PRESIDÊNCIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE MILITANTES. O CAMARADA ARISTIDES PEREIRA LADEADO PELOS MEMBROS DO ANTIGO COMITÉ PERMANENTE DO CNCV.

## Resolução Geral do I Congresso do PAICV

De 16 a 20 de Janeiro de 1981, previamente convocada pelo Comité Permanente do CNCV do PAIGC, em conformidade com a resolução geral do Conselho Nacional do PAIGC de 23 de Novembro último, reuniu-se na cidade da Praia a Conferência Nacional dos Militantes do Partido para analisar a situação criada com o golpe de Estado perpetrado em Bissau a 14 de Novembro, considerar as implicações desse acto nos órgãos supra-nacionais do Partido, examinar, em particular, as suas incidências na vida partidária em Cabo Verde e adoptar as medidas pertinentes.

Ouvindo e debatido o discurso introdutório do Secretário-Geral do Partido, ciente de exprimir a vontade da grande massa dos militantes em Cabo Verde, através dos seus delegados eleitos e mandatados para o efeito, a Conferência Nacional dos militantes do Partido em Cabo Verde,

1 - Aprova o discurso introdutório apresentado pelo Secretário-Geral como documento da Conferência.

2 - Adopta a intervenção inicial do Presidente do CNCV como documento da Conferência.

3 - Erige-se em Congresso e proclama a existência de um partido nacional em Cabo Verde, com a designação de "PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV)".

4 - Assume para o PAICV todo o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e o pensamento de AMILCAR CABRAL como guia de sua acção.

5 - Adopta para o PAICV o Programa e os Estatutos do PAIGC em tudo o que não seja incompatível com as novas realidades.

### II

Tendo em consideração os termos da Proclamação do PAICV como força política dirigente da sociedade e do Estado;

havendo necessidade de dotar o PAICV dos órgãos necessários ao seu normal funcionamento;

Convidando a adequar as leis e as instituições do país às realidades decorrentes da adaptação da organização do PAIGC em Cabo Verde e uma organização partidária de carácter nacional, o PAICV;

Considerando que, com o golpe anti-partidário de 14 de Novembro desbararam de existir as condições indispensáveis à concretização do processo de unidade;

O Congresso do PAICV decide:

1 - Dotar o PAICV dos seguintes órgãos nacionais de direcção com as competências adiante referidas:

a) Congresso - O Congresso é o órgão máximo do PAICV. Ao Congresso compete designadamente:

- Apreciar e aprovar os relatórios do CN e adoptar as resoluções e decisões correspondentes;

- Aprovar e modificar o Programa e os Estatutos do Partido;



- Traçar a linha política do Partido e definir a via para a solução das questões fundamentais da Reconstrução Nacional;

- Fixar a composição do Conselho Nacional;

- Eleger o Secretário-Geral e o secretário-Geral Adjunto e os demais membros que integram o Conselho Nacional;

- Decidir em última instância sobre recursos que lhe sejam submetidos pelos militantes e candidatos do Partido;

- Aprovar directivas para os planos de desenvolvimento económico e social a médio e longo prazo.

b) Conselho Nacional — O Conselho Nacional (CN) é o órgão máximo do Partido entre dois Congressos. A ele compete designadamente:

- Assegurar o cumprimento do Programa do Partido, aplicar os Estatutos e as resoluções do Congresso;

- Dirigir a actividade geral do Partido;

- Determinar o número de membros da Comissão Política do Secretariado do CN e da Comissão Nacional de Controlo e Revisão;

- Eleger os membros que com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto integram o Secretariado do Conselho Nacional;

- Eleger o presidente e demais membros que integram a Comissão Nacional de Controlo e Revisão;

- Orientar e controlar a acção dos organismos estatais;

- Orientar e controlar a acção das organizações de massas e outras organizações sociais;

- Representar o PAICV nas relações com outros Partidos e com os movimentos revolucionários de outros países;

*Cont. na pág. 18*

## O PAICV assume o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e o pensamento de Amílcar Cabral como guia da sua acção



# A construção da unidade sob a bandeira do PAIGC



## DISCURSO INTRODUTÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL CAMARADA ARISTIDES PEREIRA NA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS MILITANTES DO PARTIDO

... Quando foi fundado, em meados da década de 50, o PAIGC, soprava o vento da história a favor da irreversibilidade do movimento para a independência dos povos, tanto a nível mundial como a nível do continente africano.

Na verdade, o fenómeno mais marcante na fisionomia política do globo era a evidência da derrocada do colonialismo e o recuo do imperialismo.

Os movimentos pela afirmação da independência e a personalidade histórica de cada povo sacudiam diversos continentes.

A vitória da Revolução de Outubro e a derrota das forças nazis e fascistas na II Guerra, com o consequente aparecimento do campo socialista, haviam criado uma nova relação de forças favoráveis às lutas de libertação.

Se os povos africanos sentiram, então, que era chegada a hora do regresso à sua própria história, perceberam também que isso só podia ser conseguido com a conjugação e a unidade dos seus desejos, dos seus meios e das suas forças e que a melhor maneira para atingirem o seu objectivo era unirem-se numa luta comum.

Essa unidade procurou-se dentro de cada país, ao mesmo tempo que o seu espírito ultrapassava as fronteiras nacionais.

É que o desenvolvimento exacerbado dum nacionalismo estreito, aliado ao divisionismo cultivado pelas potências coloniais e imperialistas, trouxera amargas lições aos povos africanos: lutas sangrentas separavam países e povos irmãos, o tribalismo ganhava novos impulsos, ensaiavam-se movimentos secessionistas, as populações eram martirizadas e a pilhagem e exploração dos povos e das riquezas africanas continuavam sob formas mais requintadas.

É então que surge a consciência de que havia a necessidade de uma unidade mais forte e mais vasta entre os povos africanos, frente a um inimigo principal e comum: a dominação colonial e imperialista.



É nessa África em luta pela sua independência, animada dessa esperança renovada no seu reencontro com a História e estribada na unidade da sua vontade libertadora, que nasce o PAIGC impregnado de uma firme vontade de independência e de um forte espírito de unidade.

A Unidade Guiné/Cabo Verde por que sempre pagou o nosso Partido, insere-se, pois, num desejo mais vasto de unidade que era sonhada pelos povos africanos na sua luta pela independência e pelos revolucionários de todo o mundo.

Mas ela insere-se, sobretudo, numa concepção de unidade nessa altura alimentada por uma corrente revolucionária africana, que propunha a constituição de frentes e uniões de movimentos cujos objectivos fossem não só a libertação da dominação colonial, mas também a liquidação de toda a espécie de exploração.

A análise científica, correcta e amadurecida das realidades da Guiné e Cabo Verde levaram CABRAL e o Partido que fundara a vultuar a unidade dos povos dos dois países um caminho e um meio seguro e idóneo para a construção de uma pátria forte e próspera para guineenses e cabo-verdianos.

Essa unidade proporcionaria aos dois povos a oportunidade única de lutar victoriosamente contra o domínio colonial e abrir as portas para o progresso e o desenvolvimento, na paz e segurança.

Toda a originalidade da luta do PAIGC, dentro da experiência africana, foi ter sabido comungar dois povos num mesmo ideal e numa mesma luta, indo procurar as bases e os fundamentos dessa comunhão nas raízes históricas e nos laços culturais indefectíveis que os uniam, vivificados perenemente pelos seus anseios comuns de liberdade, dignidade e felicidade.

Derrotou o colonialismo, a unidade revelou-se ainda como força valiosa na luta pela independência económica, com vista aos objectivos de progresso e justiça social.

Porém, a unidade nunca foi pensada, concebida ou projectada como dogma a ser defendido ou praticado contra ou à revelia da vontade soberana dos dois povos.

O PAIGC definiu sempre a autonomia das vontades e soberania nacional de cada povo como um dado intocável e fundamental em toda a luta, seja no plano mundial, seja no plano africano, como ainda no plano específico da Guiné e Cabo Verde. É por isso que, mesmo nesse quadro da Unidade, sempre foi claro que ela não seria decisão do Partido ou da sua direcção, nem dos elementos mais esclarecidos politicamente das suas sociedades, mas sim decisão consciente e livremente elaborada e assumida pelos povos da Guiné e Cabo Verde.

Quer dizer: embora o PAIGC sempre tivesse definido a unidade como um dos seus objectivos fundamentais e mais importantes, sempre a encarou no quadro das opções que tinham que ser feitas soberana e livremente pelos povos da Guiné e Cabo Verde.

Ao PAIGC, como vanguarda revolucionária aglutinadora das inspirações e dos interesses mais profundos das massas populares e força dirigente das duas sociedades, incumbia mobilizar e conscientizar as populações para a justiça e as vantagens da unidade e para os objectivos superiores que se prosseguiam com ela, no quadro da construção dos nossos países e duma África cada vez mais unida, mais forte e mais livre.

As independências das duas Repúblicas irmãs constituem, de facto, a mais indelmentível prova da validade dos princípios que nortearam a estratégia e a acção do PAIGC e confirmam a justiça da análise genial feita pelo fundador do Partido e das nacionalidades.

Mas, não obstante a importância dos factos histórico-culturais no processo de elaboração e construção da unidade, desde cedo a vontade política dos dois novos Estados independentes viu-se confrontado com o difícil desafio da criação das estruturas materiais e institucionais indispensáveis à progressiva edificação da unidade. (...)

(...) É evidente que a marcha dos povos da Guiné e Cabo Verde para a unidade não decorreu de modo linear e uniforme.

Na realidade, o caminho da luta é sempre repleto de escolhos e dificuldades. A nossa luta unitária de libertação conheceu também, como não podia dei-

var de ser, as suas grandes dificuldades que, na medida do possível, foram sendo mais ou menos ultrapassadas uma vez, contornadas outras. Sabia-se que o emprenhamento a que se propunha o PAIGC não era fácil. O Partido tinha plena consciência das realidades e particularidades sociológicas e geográficas dos dois países.

A velha tática da dominação imperialista — "dividir para reinar" — foi sistematicamente aplicada contra o nosso Partido, ao longo de toda a trajetória da luta.

Desde cedo, toda a artilharia dos serviços de propaganda e contra-informação do inimigo tomou posição para "abater" a prática unitária do nosso Partido.

A questão nacional é eleita como alvo prioritário da estratégia anti-unidade. Toda a propaganda inimiga é organizada em conformidade. Em Cabo Verde, ela assume a forma de um anti-africanismo racista e reaccionário e na Guiné de um anti-cabo-verdianismo não menos racista e reaccionário mas ganhando, porém maior virulência nos anos da "Guiné-Melhor". Efectivamente, a política praticada pelos colonialistas durante este período não podia deixar de fazer adeptos entre certas camadas sociais que, contra os ventos da História, desejavam ciosamente a continuação da situação de privilégios de que beneficiavam com a guerra, ou, quando muito, a sua evolução para uma independência aparente, tendo como pano de fundo político-ideológico a defesa de um nacionalismo estreito e retrógrado.

O mesmo pano de fundo é visível no complet que, a 20 de Janeiro de 1973, custou a vida ao fundador do Partido e das nacionalidades.

Sabia-se que era natural que o importante investimento político e divisionista realizado pelo inimigo aumentasse as dificuldades da caminhada comum. Não era, porém, previsível que, sete anos decorridos após o bárbaro assassinato de AMILCAR CABRAL e no sexto aniversário da libertação total da República da Guiné-Bissau, viéssemos a assistir a um segundo golpe de significado e consequências ainda mais graves do que o anterior.

# As carências ideológicas resultado da realidade sócio-cultural em que actuava o Partido

(...) A situação que existia no Partido no plano ideológico e a que acima nos referimos não pode ser compreendida por quem não tiver em conta não só a realidade que se visava transformar, mas também os homens, a luta e a evolução desta.

A chamada de atenção para as insuficiências ideológicas e para os desvios que determinavam, nomeadamente a nível dos dirigentes, é uma constante nos discursos e escritos que CABRAL nos deixou. Repetindo-se essas chamadas com regularidade, ao ritmo das grandes reuniões dos órgãos de direcção, pelo menos desde os primeiros dias da luta armada, fica é a conclusão de que se os problemas ideológicos desde muito cedo se apresentaram com acuidade no seio do Partido, cedo também mereceram a atenção da Direcção, que neles via o ponto mais vulnerável da nossa luta.

Não poderá apreender estes problemas na sua justa dimensão, quem puser de lado toda a consideração das características próprias da sociedade onde o PAIGC age. Como todas as sociedades colonizadas, a sociedade da então colónia portuguesa da Guiné encontrava-se em estado de acentuado atraso de desenvolvimento económico, social e cultural, com uma nítida separação entre a parte urbana mais ou menos acomodada ao poder estrangeiro e uma parte rural estruturada na base tribal e sofrendo os efeitos da decomposição provocada pelo contacto com a administração e o comércio colonialistas. Claro que esta dualidade não exclui a existência de uma zona em que se movem elementos com características tanto do meio urbano como do meio rural.

Da sociedade assim, devidamente caracterizada — sociedade et. que uma das marcas dominantes era a existência de um índice de analfabetismo superior a

90 por cento — saíram os jovens guineenses que, guiados pelo PAIGC, foram o essencial das forças que fizeram a luta armada de libertação nacional na Guiné. E, não há dúvida que, se ao dinamismo e capacidade de CABRAL e alguns quadros se ficou deitando o ritmo contínuo e rápido do progresso da luta, a coragem, a determinação e espírito de sacrifício daqueles jovens foi sem dúvida um factor decisivo da vitória.

O acelerado desenvolvimento que a luta conheceu a partir do desencadeamento da acção directa, teve como consequência a necessidade de uma organização mais ampla e melhor estruturada. Foi essa necessidade, aliada a uma grande escassez de quadros experientes e à política cedo definida pelo Partido de fazer avançar os militantes responsáveis que participavam activamente na luta, que determinou que, logo nos primeiros anos, ascendessem a importantes postos de direcção político-militar elementos muito jovens e insuficientemente preparados para enfrentarem as exigências e as tentações do poder. E se logo nos primeiros instantes se pôde detectar em alguns desses jovens insuficiências no plano ideológico traduzidas em comportamentos errados, o facto de preencherem satisfatoriamente as suas funções específicas, e a nossa confiança no efeito benéfico que não deixaria de neles exercer a acção política continuada e o ambiente de abnegação e sacrifício que é próprio da luta armada de libertação nacional, recomendaram a solução de, sem excluir a crítica por vezes severa, não afastar certos dirigentes dos seus postos apesar de erros cometidos.

Claro que hoje, a anos de distância e principalmente a quem nunca conheceu as realidades humanas, sociais, culturais e políticas da Guiné, e cujo raciocínio se desenvolve somente no plano teórico e de política pura e gerada por

sociedades avançadas, é normal que se ponha a questão de saber se essa solução foi a mais correcta.

Não tendo a luta, iniciada e conduzida nas condições expostas, produzido alternativas que visivelmente viessem beneficiá-la, eliminando as falhas — falhas estas que nem sempre tinham uma base individual, dada a projecção de carências inerentes ao estado de desenvolvimento da sociedade —, estamos ainda convencidos de que essa política era a única viável.

Não podemos, por outro lado, alhear para o movimento de libertação que fez a brilhante luta político-armada que foi a nossa ver nele um Partido já formado, estruturado e utilizando correcta e integralmente os métodos de funcionamento que CABRAL preconizou. De resto, não é sem interesse lembrar que, se CABRAL atribuía ao carácter de movimento de libertação muitas das carências verificadas no PAIGC, as causas mais profundas dessas carências eram por ele antes situadas no terreno sociológico em que o Partido recrutava e se movia, terreno que reflectia um estado de desenvolvimento desafiado com tipo do Partido avançado que, contraditoriamente, a complexidade e os altos objectivos da luta exigiam. A análise de outras experiências no nosso continente demonstram, de resto, à evidência, que as lutas se desenvolvem sempre no meio de contradições internas, com altos e baixos, vitórias e derrotas, a isso não sendo alheias as contradições próprias das sociedades em que se travam.

Seja como for, fica o balanço positivo que foi a libertação das nossas terras e a entranhada decisão de prosseguir a luta em que empenhámos as nossas vidas, como elemento concreto para a apreciação dessa política. (...)





## pôr o poder nas mãos do povo

EXTRACTO DO DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO PAICV, CAMARADA PEDRO PIRES, NO MEETING DA PROCLAMAÇÃO DO PAICV, A 20 DE JANEIRO DE 1981

(...) Quisemos explicar, de uma maneira breve, o valor e o objectivo das nossas decisões, suas tendo em conta a nova situação no seio do Partido, temos de tomar algumas medidas. É a nível das organizações de massas e de participação popular, também.

Temos de aumentar o rigor ideológico no nosso seio. Temos de fazer com que sejamos os melhores militantes do nosso Partido, para que no seio desta nova entidade possa prevalecer, o que dizia o nosso imortal líder: "que o Partido pertença àqueles que são capazes de o fazer cada vez melhor e cada vez mais Partido". Este será o nosso lema: Partido para os melhores filhos da nossa terra. Para isso, é necessário trabalho e rigor.

Temos de fortalecer a disciplina interna no seio do nosso Partido. Temos de criar as condições materiais, subjectivas e outras para que o Partido cumpra cabalmente o seu papel de força dirigente da sociedade, em Cabo Verde.

Temos de aumentar a confiança mútua no seio do Partido, entre os militantes. Temos de aumentar e fortalecer a solidariedade interna no seio do nosso Partido. Temos de avançar com a formação ideológica e com a acção partidária, porque o militante e forma-se essencialmente na prática, na acção partidária no seio do nosso povo. Para que o nosso povo possa compreender o significado deste acto transcendente, para que haja uma maior ligação entre o nosso povo e o nosso Partido, entre o nosso povo e os nossos militantes. Para que seja cumprido cabalmente o princípio da ligação do Partido com as massas populares.

Devemos, a nível do Estado, dar atenção à segurança interna e à defesa nacional.

Não podemos pensar que vivemos no céu. Vivemos na Terra. Não vivemos no meio dos anjos. Vivemos na terra, no meio dos homens com interesses concretos. É possível portanto, que haja — e sabemos que há — gente que queira perturbar a nossa marcha, que queira dificultar a nossa marcha.

Mas, meus senhores não tenham dúvidas: são vinte e cinco anos de luta, atrás de nós. São vinte e cinco anos de sacrifício, são vinte e cinco anos de experiência, de história.

Aquele que pretender através da demagogia, através da vã tentativa de dividir o nosso povo, através das suas pretensões, perturbar a nossa marcha, será tarde ou cedo esmagado.

Não admitimos que pessoas de passado confuso e duvidoso pretendam agora erigir-se em moral desta sociedade. Só existe uma só, a única moral: a revolucionária. A moral dos que deram tudo para que este país fosse independente e para que ele seja o que é neste momento. Não aceitamos, não aceitamos nenhuma lição de moral de gente de passado duvidoso (e sabe-se lá se alguns estiveram ao serviço daqueles que nos dominaram). Não aceitamos no nosso seio nenhum tipo de quinta coluna. Que fique bem claro: não aceitamos no nosso seio nenhum tipo de mercenários.



Esta nossa organização deve preparar-se para dar luta política aos demagogos, aos de mentalidade mercenária. Esses queiram tudo para eles, para o povo nada. Eles apresentam-se como defensores do povo. Vamos desmascarar todos os farseseus que existem na nossa sociedade.

Vamos também trabalhar para o alargamento das bases sociais do nosso regime político de participação popular. Por isso mesmo, o Orçamento de Estado para 1981 vai dar grande importância ao apoio financeiro às organizações de massas e às organizações sociais, de acordo com o estipulado na própria Constituição da República de Cabo Verde.

É nesse quadro que o nosso regime vai fortalecer a sua ligação, mais plena, mais completa com as massas populares. Não apoio, na dinamização, na construção das organizações de participação popular e no fortalecimento das organizações de massas.

O Partido, os seus militantes, devem trabalhar nesse sentido: fortalecimento e alargamento profundo das bases sociais do nosso regime de democracia participativa. Esta deve ser uma das nossas maiores preocupações durante os próximos anos.

A nível da Administração, para que possamos avançar, garantir as conquistas, aprofundá-las, alargá-las, é preciso maior rigor, maior disciplina, reformas de fundo, a planificação das nossas actividades, a administração segundo métodos e objectivos.

É necessário trabalhar no sentido de uma maior produtividade, uma maior produção. Trabalhar no sentido do reforço da independência, através do desenvolvimento económico e social e através da solução a tempo dos problemas concretos que tem a nossa população.

Preocupar-nos sempre com as condições de vida do nosso povo é o que temos feito, é o que vamos fazer, com maior rigor, com maior determinação, porque sabemos que a situação, hoje, é diferente e exige de nós rigor, exige de nós abnegação, empenhamento, seriedade, fidelidade ao povo, ao Partido, fidelidade a nós mesmos, aos nossos objectivos, às nossas aspirações mais profundas.

Comaradas,

Sabemos que não vivemos num mundo de rosas. Vivemos num mundo

de dificuldades. A situação internacional é cada vez mais difícil, mais pro-

cupante. Temos de ter em conta isso: a crise económica continua, o petróleo é cada vez mais caro, o sistema monetário internacional continua desorganizado. É nesse mundo que temos de trabalhar.

Já fizemos alguma coisa, mas isso é um nada em relação às necessidades do nosso país e às exigências da luta, do progresso social, da construção da justiça.

Para terminar, queria, em nome do Congresso, em nome dos delegados que participaram neste I Congresso do PAICV, em nome do nosso Secretário-Geral, lançar um apelo a todos os militantes, para maior trabalho, maior responsabilidade, maior empenhamento. Um apelo para maior unidade, maior coesão no seio do Partido, maior solidariedade interna no cumprimento dos nossos princípios do centralismo democrático, da crítica e da auto-crítica, do avanço da democracia interna, para que o cimento que nos une seja cada vez mais forte e não seja jamais quebrado por qualquer sentimento



# O PAICV é o herdeiro do pensamento e da obra de Amílcar Cabral e o continuador da história do PAIGC

baixo, individualista, regionalista ou por qualquer sentimento que esteja fora do quadro do nosso Partido e dos interesses do povo de Cabo Verde.

O nosso apelo estende-se ao povo trabalhador, ao povo de Cabo Verde, cujos interesses juramos defender até ao fim de nós mesmos, cujos interesses este Partido vai defender com firmeza, sem concessões.

ao povo de Cabo Verde o nosso apelo, apelo à vigilância, ao trabalho, à confiança, à participação nos tribunais populares, nas comissões de moradores, nos sindicatos, na organização das mulheres, na organização da juventude. Apelo para que todos juntos busquemos a melhor maneira de pôr o poder nas mãos do povo, para que ninguém, mesmo que o queira, possa tirar ao povo esse poder.

E isso consegue-se através do aprofundamento dos conhecimentos políticos, através do aprofundamento da prática política, do reforço e do aprofundamento das organizações populares, das organizações de massa, das organizações de participação popular.

Para tal, é preciso mais trabalho, é preciso confiança. Mas isso é necessário porque temos de aprofundar cada vez mais a nossa democracia de participação popular, para que ela seja cada vez mais forte, mas cada vez mais democrática, cada vez mais ao serviço do povo.

Para que avancemos, tem de haver associação do povo às decisões. O povo tem que assimilar e tem de fazer seus os nossos objetivos. Eis a meta, eis o trabalho que nos espera. Todos — militantes e não militantes — vamos ao trabalho.

O nosso apelo dirige-se também aos nossos compatriotas que vivem no exterior trabalhando, no sentido de apoiarem cada vez mais o povo de Cabo Verde, o seu Governo, de partici-

parem cada vez mais no processo da reconstrução nacional, para criação de um Cabo Verde fraterno, justo, progressista, ao serviço do seu povo.

O nosso apelo, aos nossos amigos, aos nossos amigos africanos, aos nossos irmãos africanos de Argôa, Moçambique e São Tomé e Príncipe, dos quais esperamos a compreensão, a amizade e a solidariedade de sempre. Nós, continuaremos na via da solidariedade, da amizade e da fidelidade.

O nosso apelo, a todos aqueles que nos ajudaram antes e depois da independência, para que continuem a conceder-nos a sua ajuda extremamente útil na construção de um país destruído — as que tem como povo um povo trabalhador, um povo digno, um povo orgulhoso, um povo que sabe o que quer.

Nós queremos também aqui reafirmar os nossos sentimentos de amizade, de fraternidade, de solidariedade, para com o povo da Guiné-Bissau.

Queríamos dizer aqui, no quadro da verdade histórica, que o povo de Cabo Verde deve muito ao povo da Guiné-Bissau, pela sua independência e por aquilo que somos hoje.

Foi a unidade que nos deu isso. Isso só foi possível com a unidade. A unidade é, portanto, a via mais correcta na luta para o avanço e progresso dos povos.

Mas a unidade, essa unidade concreta, as suas bases, sobretudo as suas bases psicológicas, foram abaladas. Abaladas, porque se criou no seio do povo cabo-verdiano a desconfiança e com a desconfiança não podemos ir longe.

Mas do que isso. Cada um de nós, individualmente, deve muito ao povo da Guiné. Foi na luta armada suportada heróicamente por esse povo, que nós nos formámos como homens políticos. Foi nessa luta e através dela que nós forjamos como dirigentes políticos. Mas

é preciso dizer também que servimos esse povo com lealdade, com abnegação e com seriedade.

É nesse sentido que apelamos a todos e ao nosso povo para que não haja nenhuma manifestação de ressentimento em relação ao povo da Guiné, que é nosso irmão.

Não queremos nenhuma unidade para dominar. Por isso demarcamo-nos. Não somos colonialistas, não queremos a unidade do cavaleiro e do cavalo. Não seremos cavaleiro de nenhum cavalo, não seremos racistas. Não seremos paternalistas, nem seremos gente sem dignidade, não.

Esta demarcação é a prova, para o povo da Guiné-Bissau, de que sempre lutávamos — e demos provas disso — pela dignidade desse povo, para que a sua independência fosse mantida, para que a sua cultura fosse respeitada. E não admitimos que directa ou indirectamente se nos atribuam certas intenções.

Todos aqueles que pensaram que nós éramos um bando de mestiços a colonizar negros que tiram a lição. Todos os anti-mestiços do mundo que fiquem claros, não é a cor do homem que conta. É a sua ideologia, é a sua vontade de fazer marchar a história, é a sua posição face à história e face aos factos.

O povo de Cabo Verde é, na realidade, um povo mestiço. Um povo mestiço no aspecto biológico, resultante do cruzamento de raças. Mas não é um povo mestiço no aspecto cultural. É um povo e um povo como qualquer outro. Com a sua cultura, com o seu perfil psicológico próprio. É como tal que nos afirmamos.

Aqueles que defendem a "autenticidade das raças", digam-lhes só uma coisa: que tomem cuidado, porque isso ia levando a humanidade à hecatombe.



ARISTIDES PEREIRA, SECRETÁRIO-GERAL DO PAIGC DESDE 1973, ELEITO SECRETÁRIO-GERAL DO PAICV.

## Aristides Pereira eleitos pelo Com Secretário-Geral e Secretário-Ge

UM ACTO POLÍTICO DE EXTREMA  
PARA VINCAR A CONTINUIDADE DA EXE  
SOCIEDADE DE AMILCAR CABRAL FOI SE  
DIRIGENTE DA SOCIEDADE DE DOIS COMP  
DA GUINÉ E CABO VERDE. ARISTIDES PE  
SENTAÇÃO QUE DESSES DOIS CONCEI  
ABÍLIO DUARTE:

Nesta Conferência, que se erigiu em Congresso, um grande número de delegados, através de múltiplas intervenções, reflectiu de modo eloquente o elevado grau de consciência política atingido pelo nosso povo, fazendo-nos ver até que ponto os militantes do Partido, cá em Cabo Verde, apreenderam o pensamento político e ideológico de AMILCAR CABRAL, fundador da nossa Nacionalidade e até que ponto foi também interiorizado o princípio estratégico da Unidade Africana.

Mas mais do que isso: os delegados a esta Conferência, irigida em Congresso, deram-nos também a prova cabal da sua capacidade de identificar, com agilidade, situações novas e da sua coragem política para tomar as decisões realistas que se impunham e que, devido à sua importância, vão necessariamente entrar para a nossa história.

Em nosso entender, as provas de responsabilidade dadas pelos delegados a esta Conferência/Congresso devem levar-nos a sagurar o futuro com confiança e serenidade, porque é nossa convicção que possuímos a fibra e capacidade necessárias para conduzir com segurança o nosso destino.

Todo o nosso povo olha com ansiedade para este saílo "Josina Machel" e podemos mesmo dizer que os homens políticos responsáveis, tanto africanos como de outros continentes, aguardam atentos o que vamos apresentar ao mundo como decisões. E não temo fazer esta afirmação se tivermos em conta o impacto internacional que teve o traçoeiro golpe de estado de 14 de Novembro — em virtude do prestígio de que desfrutava o PAIGC — tanto junto dos nossos amigos como dos inimigos.

Depois de termos recolhido todo o legado político e ideológico do PAIGC dentro do PAICV, das suas estruturas adoptadas às novas realidades, que acabamos de aprovar, restam-nos ainda dar a prova última da nossa maturidade, escolhendo os primeiros militantes que deverão ficar à frente da nossa organização política nacional.

Após termos aprovado os órgãos do PAICV, nomeadamente os cargos de Secretário-Geral e de Secretário-Geral Adjunto, ficou decidido que, neste Congresso, só vamos proceder a eleições para o preenchimento desses dois cargos.

Coube-me o privilégio de vir aqui propor os nomes daqueles que, em nosso entender, deverão assumir esta tão grande responsabilidade perante o nosso Partido e o nosso povo.



# a e Pedro Pires

## gresso do PAICV

### ral Adjunto

IMPORTANCIA DO I CONGRESSO DO PAICV  
EÇUACAO EM CABO VERDE DE PROJECTO DE  
SEM DÚVIDA A ELEIÇÃO À TESTA DA FORÇA  
APROVADOS LUTADORES PELA LIBERTACAO  
PEREIRA E PEDRO PIRES. VEJAMOS A APRE-  
QUADOS DIRIGENTES FEZ O CAMARADA



O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO PAICV, PEDRO PIRES

Há um militante lendário da nossa luta de libertação nacional, um dos fundadores do PAIGC, que foi o companheiro mais próximo de AMILCAR CABRAL e que, pela sua obra revolucionária, ao longo dos últimos 25 anos, deu uma contribuição abnegada e decisiva não só para a libertação definitiva do nosso país e da Guiné-Bissau, das garras do colonialismo, mas também uma contribuição de qualidade à libertação dos povos africanos.

Tratando-se de um militante comprovado da primeira hora, que ocupou os cargos mais elevados na direcção superior do PAIGC (Bureau Político, Comité Central, CEL, Conselho de Guerra) e que, sobretudo, assumiu a responsabilidade tremenda de substituir Cabral num dos momentos mais duros e difíceis da nossa luta; tratando-se, igualmente, de um homem moralmente íntegro, com um curriculum sem man-

chas, dotado de um excepcional sentido de equilíbrio e gozando de um grande prestígio no plano internacional, venho aqui propor a este Congresso que ele seja eleito Secretário-Geral do PAICV. Quero referir-me ao Camarada ARISTIDES PEREIRA, Presidente da nossa República.

Venho também a esta tribuna propor aos delegados a este Congresso o nome de um outro grande militante da nossa luta de libertação nacional para o cargo, também elevado, de Secretário-Geral Adjunto do PAICV.

Homem que se impôs pela sua inteligência, tenacidade, trabalho abnegado e como um dos dirigentes mais sérios e destacados da nossa luta de libertação nacional. Dirigente que, tanto pela sua acção político-militar como na fase final da nossa luta armada, através da direcção das negociações com o governo português, deu uma contribuição muito

especial para a independência completa de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

Admitindo desde os princípios dos anos sessenta à causa da libertação do nosso povo, ceilo vem ocupar postos dos mais elevados na direcção do PAIGC, nomeadamente do Comité Central, Bureau Político, CEL e Conselho de Guerra.

Trata-se de um Camarada dirigente que se fez respeitar pela sua coerência, pelo seu rigor político e ideológico e por uma integridade moral a toda a prova.

Aqui em Cabo Verde, após a independência, na sua qualidade de Presidente do CNCV, todos nós temos a reconhecer que, com a sua acção, deu uma contribuição exemplar para o avanço da consciência política dos nossos militantes e a consolidação das nossas estruturas partidárias. Refiro-me ao companheiro de luta, Comandante de Brigada PEDRO PIRES, Primeiro-Ministro do nosso Governo.

"Verbum caro factum est"

É enconjurando os maus espíritos e a falsa-fé, que poderemos nos debruçar sobre a panorâmica dos dois poemas "Pólen para tua boca", de Corsino Fortes e "Vala Comum" de Manuel Delgado.

"PÓLEN PARA TUA BOCA" trata-se de uma apoteose lírica consubstanciada em recusos que a Natureza prodigalizou ao cenário que então fora o palco da luta do Libertador na sua rotina predestinal entre "tambores de guerra" e sublimada com o sacrifício da própria vida. Dessa dimensão ideológica surgiu o herói que se confunde com a vastidão da própria Terra-mãe, serenamente e consciente da sua universalidade.

Também assiste-se à exaltação visionária de um criador que evoca a figura transcendente — na sua pureza — do Sacrificado, para que dos atributos que lhe foram dados consiga um antídoto que afaste o ácido que corrompeu o sangue e manchou "o lençol amargo da África viva".

Como impelidas por extraordinária força denunciadora, essas visões se transformam em símbolos apocalípticos de tese e antítese, matriz de uma linguagem — nova para uma nossa novescola poética, fundamentalmente estética, baseada num Simbolismo quase hermético, que atinge a abstração, mas que se distingue pelo estilo que personifica a poesia de Corsino Fortes.

Prosseguindo ou perseguindo pela "mensagem" este poeta se converte em profeta e toma posição de guia descrevendo a "paisagem" que só ele descortina: "colinas de mar alto" emergindo de crateras e savanas, até se chegar à floresta que venha, ornamentar o mesmo tronco humano, produto glorioso de um povo nascido para o sentimento sagrado do espaço livre.

Poema para ser declamado em tom alto e dramático, palavra por palavra, a fim de que a sonoridade não sofra a mínima perda dos seus efeitos, há nele o poder sentimental de um artista, como também a denúncia vibrante do homem que repugna a erosão e seus efeitos, na obra conseguida pelo Construtor do bem mais sagrado que o Ser Africano

pode aspirar na sua existência sacrificada: a Liberdade conseguida na Paz.

"VALA COMUM" — Poema-depoimento que nos transporta para a alma da terra. Para senos testemunhos oculares do que se processa nas suas entranhas. Aqui não há visões, há, sim, uma chamada aos mortos já que os vivos perderam a razão para encarar frente a frente a realidade. É a terra que poderá punificar a visão, já que suas raízes mergulham na verdade verdadeira e não na óptica deformada dos intencionados. O apelo trágico e repetido, incitando os Mortos à Vida é, não só um pungente reflexo protestatário, já que os sacramentos foram violados, como também uma dramática apelação frente ao tribunal da honra, já que os Vivos profanaram a verdade histórica dos factos. Estamos assim num clima de emotividade em que a personagem principal é uma força extra-terrá que conclama à tribuna "os que morreram de boa ou má morte".

A exultação dessa imagem para ante a "Vala Comum" onde os crimes apalutados se transformam em flores venenosas, como tentáculos malignos de um póvo que poderá ainda contaminar os indefesos ou mal-informados.

Manuel Delgado, ao elaborar este poema de aço, ao mesmo tempo escrito sob a violência amarga de um temporal íntimo, apoia-se sobretudo na maior de todas as forças: o inquérito à VERDADE. E para conseguí-la teve de descer às entranhas da terra, investigar no sangue das suas raízes as provas que poderão ainda servir de escudo protector a aqueles que subitamente caem em tontecidos pelo "pó da vala comum" transformada em Boceta de Pandora.

Seu incitamento contagiante fortifica uma posição denunciadora, insufla no poema uma constante combativa, reforçada, para mais, com a sobriedade e o vigor de quadros que esmagam pela sua crueza e acção realista. Inegavelmente uma tomada de posição ativa que só a consciência serena poderia instalar no desafio patético desta frase chave com que o Poeta faz clamor de lição: "VENHAM TODOS."

"Verbum caro factum est"

D  
O  
I  
S  
  
P  
O  
E  
M  
A  
S  
  
D  
E  
  
U  
M  
  
S  
Ó  
  
G  
O  
L  
P  
E

CORSINO FORTES

MANUEL DELGADO

Apresentação  
de  
LUIS ROMANO

Gravura de  
PEDRO GREGÓRIO

## PÓLEN PARA TUA BOCA

### I

Que a paz venha, pelo pé & pólen  
Das árvores de Boé

"Avivar  
na dupla boca da terra  
na boca dupla dos montes"  
os tambores de tanta guerra.

E nasce — Amilcar! uma pirâmide  
intacta

No lugar do rosto  
Onde o deserto do seu vóo repousa

### II

Ó lençol amargo da África viva!  
Que o rosto de Conacy não seja  
o corpo e o espírito  
do mesmo coágulo de sangue

E que as balas de Janeiro  
E as vales de Novembro  
não misturem teu sangue, Amilcar!  
A mesma moeda de corrupção

### III

Ó raiz traida no bolar da códea  
De sol à sombra  
Não há lâmina que resata

À árvore  
De sílabas, sílabas  
Que vão  
pelo tambor da terra  
que o espírito soletra

E de cratera em cratera  
de savana em savana  
Emergem — Amilcar!

Colinas de mar-alto  
primogénitos do teu sonho, onde  
As flores de Setembro

aiçam  
no troço do mesmo drama  
o povo e a glória  
Da tua concha bivalve



## VALA COMUM

Que venham todos  
os que morreram  
de boa ou má  
morte  
testemunhar  
Porque gases putrídicos  
turvam  
os olhos dos vivos

Venham de olhos  
sujos  
da terra fértil  
onde a verdade  
mergalha  
as raízes

Venham testemunhar  
do sangue vertido  
e da empáfia  
cobarde  
dos que ficaram

Venham dizer  
que estais mortos  
e bem mortos de boa morte  
e que  
da vala comum  
onde sepultamos  
todos os crimes  
despontam flores de veneno  
que atraem  
viciados e incautos

Oh! Essa vala comum  
é um póvo  
e o seu pó  
tem braços tenaculares  
Oh! Essa droga de vala!





NO MEETING DE 20 DE JANEIRO, OS PIONEIROS SENTADOS AFECTUOSAMENTE JUNTO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO A CERTEZA DE QUE A LUTA CONTINUA.

Cont. de pág. 7

- Criar as comissões julgadas necessárias para orientar os grandes sectores da vida nacional;

- Examinar os planos de desenvolvimento económico e social e traçar orientações e directivas gerais a seu respeito;

- Fixar o número de delegados ao Congresso.

c) Comissão Política — A Comissão Política é o órgão máximo do Partido entre as reuniões do Conselho Nacional.

A Comissão Política executa as resoluções do Congresso e do CN e decide a política do Partido entre as reuniões do CN na base das resoluções daqueles órgãos.

d) Secretariado — O Secretariado é o órgão que, sob a direcção da Comissão Política, apoia esta no exercício das suas funções, nomeadamente na direcção da actividade quotidiana do Partido, na definição da política de quadros e no controlo da actividade estatal e

das organizações de massas.

O Secretariado organiza e assegura a execução das resoluções do Congresso, do Conselho Nacional e da Comissão Política.

e) Comissão Nacional de Controlo e Revisão — A Comissão Nacional de Controlo e Revisão é o órgão a que compete exigir responsabilidades aos militantes e candidatos que violem os Estatutos, o Programa e a disciplina partidária ou estatal ou que tenham conduta moral ou cívica repreensível.

À Comissão Nacional de Controlo e Revisão compete nomeadamente:

- defender a unidade do Partido contra quaisquer actividades divisionistas;

- implementar a disciplina partidária;

- conhecer dos recusos dos militantes e candidatos sancionados e tomar as decisões correspondentes;

- examinar as queixas dos membros do Partido;

- controlar a gestão das finanças e bens do Partido;

- fiscalizar a celeridade e correcção com que os assuntos são tratados nos órgãos centrais do Partido;

- auxiliar as instituições de controlo das organizações de massas no cumprimento das suas atribuições;

2 - Eleger o Camarada ARISTIDES MARIA PEREIRA para Secretário-Geral.

3 - Eleger o Camarada PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES para Secretário-Geral Adjunto.

4 - Designar, até a realização do próximo Congresso, os camaradas que integram o CNV do PAIGC para integrarem o CN.

5 - Designar os camaradas JOSÉ ARAÚJO, HONÓRIO CHANTRE e JULIO DE CARVALHO para integrarem o CN.

6 - Incumbir o CN de proceder à necessária adaptação dos símbolos do Partido à nova situação.

7 - Recomendar ao Estado que, pelos órgãos e vias competentes, providencie a adequação das leis e instituições do país, designadamente a Constituição da República e as FARP, à realidade decorrente do golpe de 14 de Novembro.

8 - Recomendar às organizações sociais de massas de carácter e vocação unitárias que tenham em conta na sua organização e estruturação a interrupção do processo de unidade Guiné/Cabo Verde.

### III

O Congresso constata que a organização do Partido se encontra bem estruturada, implantada, disciplinada, dinâmica e ideologicamente coesa e com intervenção directa e efectiva em todos os sectores e níveis da vida nacional.

Com vista à consolidação dessa organização, ao aperfeiçoamento da sua acção no seio das massas populares e ao fortalecimento do seu papel de força política dirigente da sociedade e do Estado, o Congresso recomenda aos órgãos e estruturas do Partido que:

1 - Continuem a dedicar toda a atenção ao aprofundamento do trabalho político-ideológico, reforçar a vigilância e combater com rigor e firmeza todos os comportamentos e atitudes incompatíveis com a condição de militante.

2 - Desenvolvam e aprofundem a prática da democracia interna e o exercício da crítica e auto-crítica.

3 - Promovam o aprofundamento contínuo da prática da democracia nacional revolucionária no sentido da mobilização de todas as camadas sociais para participarem activamente no desenvolvimento nacional.

4 - Dediquem uma atenção crescente às organizações de massas (JAAC, OM, UNIC) e outras organizações sociais e demais organismos de participação popular (comissões de moradores, milícias populares, tribunais populares, etc).

5 - Promovam o reforço dos órgãos da defesa e segurança nacional e a reactivação das milícias populares.

6 - Intensifiquem o trabalho político junto da emigração e dos estudantes caboverdianos no exterior.

7 - Organizem missões de informação junto dos partidos amigos e governos com que Cabo Verde tem relações de cooperação.

8 - Desenvolvam um trabalho político-ideológico no seu seio e nas organizações de massas e entre a população, com vista a dar a conhecer e explicar as posições assumidas e as decisões tomadas pelo Congresso.

### IV

1 - O Congresso decide que se realize em Março de 1982 o próximo Congresso, para análise profunda da vida nacional e partidária e designadamente para aprovar o Programa e os Estatutos do PAICV e eleger os órgãos nacionais de direcção.

2 - O Congresso congratula-se pelo elevado grau de participação dos delegados e pela forma altamente responsável como decorreram os seus trabalhos e exorta os membros do Partido a se valorizarem como militantes revolucionários para que o povo de Cabo Verde possa dispor de uma organização cada dia mais forte e mais apta a cumprir a alta missão que lhe foi confiada pela História.

PRAIA, 20 DE JANEIRO DE 1981

O CONGRESSO DO PAICV



**UNIDADE E LUTA**

*le* *Discute* *Divulga*

# A FORMAÇÃO E OS RECURSOS HUMANOS

POR  
DANIEL CARDOSO

Muito se fala hoje na Reforma Administrativa como imperativo vital para o avanço do país. Concerto vazio para uns, visto com indiferença por outros e com incredulidade por muitos, a R.A., está quase sempre ligada a ideia de extinção e criação de estruturas e nunca ao homem elemento fundamental que é a razão de tudo e em função do qual ela se faz. Relega-se assim para o segundo plano o magno problema dos recursos humanos. É um facto que a R.A. não é feita para resolver os problemas dos funcionários, é evidente que não, pois a tarefa a empreender é muito maior, aspira o melhoramento da Administração no seu todo, todavia, é importante sublinhar-se que em grande parte a eficácia de uma Administração depende do suporte que possui, da qualidade do funcionário, daí o concluir-se que a questão dos recursos humanos é uma parte importante de qualquer R.A.

A nossa Administração, é o instrumento de que o nosso Partido e o nosso Governo dispõem para plasmar em realizações concretas, os ideais e o nosso programa político, ela é suposta de dar resposta às solicitações do órgão político e nisto é pedra de toque, o quadro, base decisiva cuja mentalidade terá que ser radicalmente mudada, definindo-se com um perfil, capaz de entender o nosso processo político em que sobressaem entre outras as seguintes características:

1 - Ser um agente participativo, dotado de iniciativa e capacidade crítica, apto a difundir os conhecimentos que adquirir e não considerá-los matéria sujeita a segredo.

2 - Possuir hábitos de reflexão e análise, compreendendo a sua prática como criativa e não puramente repetitiva.

3 - Dotado de competência técnica, que não se limite a reproduzir modelos gerais, antes possua uma formação básica sólida e uma formação qualificada.

4 - Ser um cidadão com uma clara visão política consciente dos deveres para com o seu povo e dos direitos que lhe assiste enquanto trabalhador, conhecedor do seu papel na formação social cabo-verdiana e galeense e do papel do seu país no contexto africano e mundial.

5 - Ter a percepção do novo papel do direito e da legalidade, pedra decisiva na transformação numa formação social empenhada numa via democrática revolucionária e estar consciente do obstáculo a mudança social que a velha legalidade representa.

6 - Possuir uma sólida formação deontológica, com uma correcta noção das relações com o público e com os camaradas de trabalho.

Uma vez definido o perfil do novo agente da Função Pública que se quer, interessa referir-se qual a via ou instrumentos a utilizar para que ele surja, que quanto a nós é a Formação. Mas o que é a Formação, em que consiste, a quem cabe esta responsabilidade, como se determina a sua necessidade, como se faz a sua planificação, quais os seus tipos, tudo problemas que propomos tratar neste nosso primeiro artigo subordinado ao tema "Formação e Recursos Humanos".

Entendemos por Formação toda a acção consciente, com o objectivo de provocar uma Mudança no indivíduo a ela sujeito. Já porque este mesmo indivíduo se encontra em in-

tima e contínua interacção e interdependência com o meio social envolvente através de múltiplas organizações sociais, (família, serviço, bairro etc) esta mudança vai ter os seus efeitos de maior ou menor intensidade, não só neste contexto envolvente como também e mais directamente nas organizações a que ele pertence e nas quais é um elemento activo, dinâmico e interventor. Ou seja a formação vai alterar o modo de o indivíduo a ela sujeito de se comportar nas organizações a que pertence. Nesta perspectiva podemos afirmar que a formação é um dos processos de intervenção numa situação de mudança.

Vemos assim que a Formação traduz-se numa acção no sentido de mudança no indivíduo, obviamente através do desenvolvimento dos seus conhecimentos, habilidades e atitudes com a finalidade de pôr toda a sua capacidade assim desenvolvida ao serviço dos objectivos da organização.

Deste modo duas ideias centrais se podem destacar:

1 - Que a formação é um meio e não um fim em si mesmo.

2 - Que a formação não é o remédio para todos os males da Administração.

Da primeira ideia se conclui que a entidade encarregada de formação deve estar atento ao facto de que a sua actividade depende das necessidades identificadas em diferentes organismos da Administração e não deve encerrar a sua missão como algo que se reproduz independentemente das condições externas. Outrossim da segunda ideia se subentende que nem sempre o baixo rendimento de uma administração (organização) ou de um





seu órgão, é função da baixa produtividade do seu pessoal mas sim o equipamento obsoleto, rotinas de trabalho mal estruturado e falta de apoio de organismos superiores etc. Acontece porém que como tais factos nem sempre são de fácil percepção amiudadas vezes se recorre a formação como paliativo, o que não é aconselhável pois além de não se alcançar os resultados desejados ela poderá cair no descrédito. Forçoso se torna portanto fazer a análise dos problemas e das alternativas para a sua solução, estudo que deve tentar esclarecer a verdadeira causa de um problema administrativo e verificar se a formação é o instrumento mais adequado para resolvê-lo, tendo sempre presente que os critérios de eficiência e eficácia são decisivos, isto é se os resultados são positivos e os custos os mais favoráveis.

#### A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE DA FORMAÇÃO

Pensamos que a formação terá que ser compreendida como Função, do que algo da exclusiva e inteira responsabilidade de um centro especializado, isto quer dizer que efectivamente é importante a existência de um órgão de formação, com o seu posicionamento estrutural na Administração Pública, mas mais do que isso é fundamental a criação de uma mentalidade de valorização do desenvolvimento do funcionário como um dos instrumentos imprescindível ao funcionamento da

máquina administrativa. Cabe às várias estruturas públicas, às suas chefias superiores e intermédias a consciencialização de que, a formação para ser aplicada como factor de mudança e de elevação da produtividade, requer a participação activa de todos. Caberá evidentemente ao centro especializado o papel de popularizar entre os agentes reflectidos a ideia da importância da formação, necessária a sua própria institucionalização como tal, utilizando os meios que tiver ao seu alcance, no sentido do entendimento das vantagens e as limitações da formação como factor de avanço do agente administrativo, da importância da sua participação e apoio na execução satisfatória dos programas de formação, desde a identificação das necessidades até a prática daquilo que recebeu a formação, do processo acumulativo característico de conhecimentos e habilidades no funcionário, da função de avaliação do trabalho do funcionário, que deve ser matéria para a identificação de falhas que possam ser colmatadas por meio da formação.

#### DETERMINAÇÃO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

Qualquer acção de formação é sempre antecedida de um levantamento das necessidades, que consistirá num inventário das áreas e o tipo de funcionário objecto da formação. Aí temos a considerar dois casos, isto é, o pessoal que vai continuar a desempenhar as mesmas actividades que já executa no momento e o pessoal que irá desempenhar novas tarefas. No

primeiro caso interessa conhecer:

- a) A natureza da tarefa actual do pessoal (situação actual)
- b) O padrão de desempenho mínimo exigido por esta tarefa (situação desejada)

No segundo caso interessa saber:

- a) Os conhecimentos e as habilidades actuais do pessoal
- b) Os conhecimentos e as habilidades necessárias ao exercício das novas tarefas (situação que se quer)

No levantamento atrás referido as fontes de informação mais utilizadas são:

- a) Questionários entrevistas com as chefias imediatas ou até mesmo com os próprios funcionários
- b) Compilação e análise de incidentes ou acontecimentos críticos
- c) Descrição e especificação dos cargos

#### PLANIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO

Como em toda a actividade, na planificação da formação tem-se que se considerar etapas, destacando-se assim duas fases:

- 1- Determinação nos objectivos da Formação
- 2- Escolha do tipo de Formação adequada

A primeira fase, a da determinação dos objectivos terá que estar ligada às necessidades de formação detectadas. É evidente que há problemas que se põem, pois há áreas administrativas em que se torna difícil precisar em termos mensurais os objectivos de um programa de formação, vejamos um exemplo prático; é possível estabelecer como objectivo final para um programa de formação de dactilógrafos a quantidade de palavras escritas com a máquina do tipo "x" no limite do tempo "y" minutos como o máximo de "z" erros, mas já no caso de um curso de contabilidade a mensurabilidade é difícil. Pode-se assim concluir que na esfera da administração a determinação dos objectivos da formação, a sua maior ou menor exactidão condicionada a área considerada, algumas permitem a quantificação dos objectivos, outros permitem a determinação qualificativa dos objectivos. Quanto mais a formação se situa no campo da qualidade mais difícil se torna a tarefa de enunciar os objectivos com a exactidão, não obstante, com algum esforço é sempre possível fazê-lo e é importante que se faça, com clareza, pois, os objectivos representam a base da avaliação qualificativa ou quantitativa dos resultados da formação.

A segunda fase da Planificação, a escolha do tipo de formação, depende da natureza do problema ou situação que se deseja resolver e do objectivo a ser alcançado. Assim teremos:

- Formação de Capacitação
- Formação de Adaptação
- Formação de Formadores
- Formação de Integração

A formação de capacitação, visa o aprofundamento técnico-científico para o desempenho de tarefas específicas, v.g. a formação dada pelo CENFA. É voltada tanto para funcionários que já exercem funções de administração há algum tempo, como para aqueles que nela se vão ingressar. No primeiro caso o objectivo é melhorar o trabalho dos funcionários em tarefas que já lhe são familiares. No segundo caso a formação destina-se a mudar o sentido da ad-

ministração, corrigir as deficiências do mercado de trabalho e do processo de selecção, pois é difícil encontrar pessoal com a formação e especialização necessárias.

Na formação de adaptação parte-se da premissa de que as pessoas já estão capacitadas para o desempenho das suas atribuições actuais, verificando-se por outro a necessidade de modificá-las substituindo ou acrescentando técnicas, métodos ou novos procedimentos de trabalho.

A formação de formadores é geralmente feita na organização e ministrada pelas chefias imediatas e funcionárias mais experientes, no próprio ambiente de trabalho. Este tipo de formação apresenta algumas dificuldades. Assim o seu maior adversário é o medo de criar competidores e, é normal apresentar-se o problema de não preparação dos futuros formadores. Muitas vezes acontece neste tipo de formação que aquele que forma está convencido de que está formando colegas ou formadores mas na realidade os está a substituir ou seja fazendo o trabalho em lugar da formação sem dar por isso, aliás é muito fácil e rápido realizarmos uma tarefa que nos é familiar do que ensiná-la a alguém em princípio e inicialmente irá desenvolver níveis de desempenho bastante inferiores aos nossos, necessitando ainda de uma atenção constante, supervisão e grande dose de paciência. Também pode acontecer aquele que está a formar, não obstante ser considerado um bom funcionário, tenha dificuldades que obstaculizam o repasse satisfatório de informações a aquele que está a ser formado, ditadas, quer por deficiência de comunicação, quer por dificuldade em organizar e apresentar o assunto em ordem lógica, quer ainda por deficiência em captar a atenção e o interesse daquele que está a ser formado. Este por sua vez fica inseguro no relacionamento com o formador e os colegas de trabalho, temendo demonstrar o facto de não estar a compreender, exprimindo raramente sem insinuações as suas dificuldades, dúvidas e problemas. Cabe ao formador percebê-lo e prestar os esclarecimentos necessários e se for preciso reformular o processo de for-

mação, alterando o ritmo de apresentação do assunto, a terminologia empregada, o método utilizado.

Relativamente a Formação de Integração ela destina-se a:

a) Integrar o funcionário recém-ingresso na administração em ambiente de trabalho, esclarecendo-o sobre o tipo de organização em que irá trabalhar os objectivos, papel e problemas.

b) Fomentar o espírito de equipe, o relacionamento aberto e favorável bem como o clima de segurança, motivação e cooperação no trabalho.

O órgão responsável pela formação de formação deve estimular e preparar as chefias para a tarefa de integração do pessoal recém-ingresso, consciencializando-os para a importância da medida. É assim que vemos esse órgão responsável a incutir nas chefias a necessidade das mesmas informar ao recém-ingresso sobre:

a) Os objectivos da organização, assim como os serviços que presta a comunidade, as políticas de acção, posição no interior da estrutura político-administrativa.

b) As linhas hierárquicas, a divisão do trabalho, os pontos de controlo e de coordenação.

c) O sector onde o funcionário irá trabalhar, finalidades, importância, subordinação hierárquica, actividades desenvolvidas.

d) O cargo que irá exercer, as expectativas a respeito do seu desempenho futuro.

e) As normas e regulamentos a ser observados na organização, horário e deveres, normas de segurança e higiene.

Finalmente a chefia completará a formação de integração ou acolhimento do funcionário apresentando-o aos colegas de trabalho, orientando-o em seguida na execução de suas tarefas.

# Algumas reflexões sobre a Reforma Administrativa

POR  
JOSÉ LUIZ FERNANDES

Logo após a independência nacional, ou senão mesmo no período de transição, ficou comprovada a inadequação do aparelho administrativo constituído no período colonial, face aos objectivos políticos e de desenvolvimento económico e social a que se propunham o Partido e o Governo.

Essa inadequação resultava fundamentalmente de pressupostos políticos que enformavam a administração colonial, concebida como instrumento de execução de políticas elaboradas fora do território nacional e que visavam a realização de interesses contrários às necessidades e aspirações fundamentais do povo cabo-verdiano.

Aos aspectos negativos decorrentes da natureza e objectivos políticos da administração colonial implantada em Cabo Verde juntavam-se um conjunto de características igualmente negativas e decorrentes do sistema administrativo português, produto do Estado fascista arcaico e centralizador.

Entre essas características destacam-se algumas importantes e que marcaram fortemente a administração colonial cabo-verdiana, como sejam:

- rígida centralização e concentração dos poderes de decisão.
- privilégio do formalismo burocrático como método de actuação e de relacionamento dos serviços. As chefias funcionavam fundamentalmente como fiscalizadoras da legalidade e das conveniências políticas.
- estilo administrativista de direcção e ausência de "espírito de gestão".
- polivalência burocrática, atecnicismo e autodidatismo como traços característicos do perfil dos agentes.
- ausência de estruturas participativas.
- ausência de estruturas de formação e aperfeiçoamento profissionais permanentes ligados ao trabalho da Administração Pública.

Face à situação herdada, o Governo tomou logo após a independência nacional algumas medidas de transformação, adequação e correcção, extinguindo, reconverindo ou criando serviços e instituições em função das exigências políticas mais imediatas e das necessidades mais urgentes da intervenção sócio-económico e cultural.

Os quadros da satisfação dessas exigências e necessidades, destacamos as seguintes medidas:

- Estruturação formal dos serviços centrais dos ministérios com a criação das direcções nacionais.
- Instituição dos conselhos deliberativos como órgãos representativos de um novo poder local, democrático e militante.
- Organização judiciária da República de Cabo Verde.
- Criação da Comissão Interministerial para Desenvolvimento Económico e Cooperação, como órgão de coordenação interministerial para área de economia e de cooperação.
- Reforço quantitativo dos diversos quadros de pessoal para fazer face às crescentes necessidades dos serviços.
- Estabelecimento de medidas legislativas condicionadoras do provimento de cargos públicos.

Todas essas medidas - outras de menor importância adoptadas nos anos de 75/76 corresponderam a soluções pontuais tornadas necessária, pelas razões já apontadas. Na sua base não esteve um plano de conjunto, elaborado em função de estratégias de uma reforma administrativa, que a experiência, o tempo e as prioridades da conjuntura não permitiram conceber.

Dentro desse condicionalismo, as medidas em referência visaram sobretudo ou quase que exclusivamente estruturas formais e alguns aspectos da gestão de pessoal. Aspectos ligados à gestão e funcionamento de serviços não foram contemplados, ou foram-no de forma incipiente e localizada, graças a experiências individuais ou devido a exigências específicas de alguns serviços novos.



Apesar de limitações e condicionalismos de várias ordens as medidas adoptadas nos dois primeiros anos de independência, introduziram profundas transformações no aparelho administrativo herdado do período colonial, e constituíram experiências válidas para todas as subseqüentes reflexões que visaram estabelecer orientações e medidas de transformação.

O ano de 1977 marca uma nova etapa no processo evolutivo da nossa Administração Pública.

A etapa iniciada nesse ano e terminada em 1979 já não se caracterizou fundamentalmente pela preocupação de soluções pontuais impostas por necessidades de imediata satisfação.

O ano de 1977 não é ainda o ano de concepção e estabelecimento de estratégias globais da Reforma Administrativa. No entanto, as medidas que a partir desse ano foram tomadas reflectiram sem dúvida uma opção de reforma, uma preocupação de adequar o aparelho e o factor humano da Administração Pública às opções da política de desenvolvimento económico e ao papel motor do Estado nesse desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a orientação seguida assumiu fundamentalmente os aspectos seguintes:

- Avaliação das experiências dos anos anteriores e introdução de correcções onde se mostraram necessárias.
- Estabelecimento de novas medidas de aperfeiçoamento da intervenção do aparelho administrativo.

Essa orientação corporizou-se num conjunto de medidas que incidiram fundamentalmente na área de estrutura e de pessoal.

Nesse último sector foi privilegiada, e com acerto, a componente formação.

Importantes foram as orientações estabelecidas para a transformação da Administração Pública no período de 1977/79 e positivos foram muitos dos efeitos produzidos e decorrentes dessas orientações.

Na sequência das práticas da primeira etapa, as preocupações com as áreas de pessoal e de estrutura se sobrepujaram às questões de funcionamento e gestão de serviços. Nessa área, persistem lacunas e anacronismo cuja abordagem e solução são urgentes.

A componente formação da área de pessoal foi objecto de atenção especial no período em causa. Diversas acções pontuais verificaram-se, quer por iniciativa dos serviços e em função de necessidades sectorialmente sentidas, quer para responder a ofertas exteriores que nem sempre corresponderam às prioridades do país no domínio de formação e aperfeiçoamento.

A ausência de planeamento, coordenação e organização central do processo formativo, a que não foi estranha a inexistência até os finais de 1979 de estruturas especialmente vocacionadas, foi traço negativo, que decerto se eliminará a curto prazo, com a instalação da recém instituída Repartição de Formação, da Direcção Geral da Função Pública.

Em resumo podemos sintetizar as limitações do processo transformativo encetado no período de 1977/79, no seguinte:

- Ausência de medidas transformadoras na área de gestão e funcionamento dos serviços.
- Aplicação restritiva de algumas medidas fundamentais adoptadas e relativas à área da estrutura (aplicação do Decreto-Lei a que se fez já referência).
- Deficiente ou nula coordenação das acções formativas, particularmente daquelas que corresponderam a ofertas externas.

Parece ser evidente que em cinco anos de Independência Nacional, dificilmente se poderia fazer mais do que se fez para a transformação da nossa Administração Pública e sua adequação aos objectivos políticos e de desenvolvimento a que o Estado se propõe.

A convicção de muito se ter feito reforça-se quando se tem em consideração os seguintes parâmetros condizantes:

1. A Administração Colonial cabo-verdiana era estrangeira na sua natureza e função política. Contudo, não o era na composição dos seus efectivos do pessoal, pois os seus servidores eram nacionais na sua quase totalidade.

Assim, um conjunto de concepções práticas e técnicas do trabalho administrativo colonial persistem na nossa Administração através do sector humano. E independentemente do pensamento e militância política de agentes individualmente considerados, essas concepções práticas constituem factores de peso na resistência às mudanças. No caso do nosso país, trata-se de instituir e implantar o novo, mas trata-se também de reconverter, de reformar o velho, de vencer a resistência às mudanças, pois na nossa Administração Pública é actuante uma "administração clássica".

2. A situação de quase emergência nacional que se tem vivido desde a independência nacional motivada pela persistência das secas, é desfavorável à mobilização de recursos humanos e materiais indispensáveis à Reforma Administrativa.

Assim sendo, nada tem de anormal ou de desprestigiante o facto de persistirem na nossa Administração concepções técnicas e práticas inadequadas aos objectivos e às actuais funções do Estado, e de se revelarem insuficientes ou deficientes algumas das experiências inovadoras tentadas.

Da análise das principais medidas tomadas a partir da Independência Nacional e dos seus efeitos de constatações directas no funcionamento de certos serviços da Administração Geral, figura-se-nos possível avançar algumas conclusões provisórias sobre as nossas limitações e áreas mais sensíveis da sua incidência.

Essas conclusões decorrem de um diagnóstico em grande parte intuitivo, donde a sua provisoriedade. O diagnóstico objectivo da nossa Administração Pública, com tudo o que implica de inquéritos e outras acções de recolha de dados, constitui ele próprio, condição e acto de Reforma. Condição na medida em que as políticas ou escolhas programáticas que devem orientar e constituir um plano de reforma exigem fundamentação em dados e indicadores o mais objectivos quanto possível. Acto porque as acções de diagnóstico traduzem elas próprias uma nova atitude de Administração na avaliação da sua organização e comportamento.

São elas:

1 - Estrutura e organização

- a) Ausência de critérios definidores ou orientadores de dimensionamento de serviço. Como resultado verificam-se situações de empolamento e de sub-dimensionamento.
- b) Certo desequilíbrio regional na implantação de serviços e afectação de recursos com evidente macrocefalia na capital, onde se concentra o essencial quando não a totalidade das estruturas e dos meios.
- c) Inexistência de legislação básica e de diplomas específicos sobre a orgânica dos departamentos centrais, de que pode resultar confusão, sobreposição ou omissão na actuação de departamentos de área afins ou de contacto.
- d) Concentração e centralização de poderes de decisão. O único texto de desconcentração existente trata da delegação de poderes do Primeiro Ministro, e isso apesar de existência de algumas estruturas e órgãos singulares de desconcentração (direcções regionais, delegado regional do Governo).
- e) Indefinição ou heterogeneidade funcional e orgânica das estruturas de "staff" (gabinetes de estudo e planeamento) com vocação de planeamento e sua deficiente ou nula coordenação com o departamento central do plano.
- f) Inexistência de estruturas orgânicas do Governo vocacionadas para o tratamento global e permanente dos assuntos da Reforma Administrativa. Como resultado se tem criado comissões ad-hoc para questões pontuais, não sendo a Reforma Administrativa objecto de permanente e estruturada intervenção governamental.
- g) Ineficiência, inexistência ou inoperância ou pouca dignificação de estruturas de controlo e fiscalização (administrativa e jurisdicionais).
- h) Inexistência de estruturas de participação quer a nível dos órgãos centrais, quer a nível dos serviços.
  - Total ou quase total inexistência de conselhos de ministérios (institucionalizados).

- Inexistência de estruturas de participação dos funcionários (agravada pela evidente subalternização das estruturas do Partido na Administração Pública). As Conferências anuais que, com maior ou menor regularidade, se vêm verificando têm compensado, na mesma medida a inexistência de conselhos de ministérios. No entanto, a sua não institucionalização limita o seu papel.

2. Funcionamento e gestão:

- a) predominância do estilo personalista de direcção, desconhecimento ou não aplicação de técnicas de "direcção participativa", facilitada pela inexistência de estruturas administrativas de participação, a que já se fez referência - estrutura tipo comissões paritárias e conselhos de ministérios.
- b) Não generalização da utilização de técnicas modernas de planeamento e programação do trabalho directivo.

Esta lacuna, associada ao estilo personalista de direcção prevalente, à forte concentração e centralização do poder de decisão, reforça o envolvimento dos dirigentes em tarefas rotineiras de administração, em detrimento das funções de concepção, orientação, coordenação e controlo, próprias dos cargos dirigentes.

c) Pouca preocupação pela avaliação dos custos de acções ou projectos, que na maioria das vezes não encadram ou decididos sem referência dos encargos decorrentes e da sua eficiência.

Podem ser apontados como exemplo as questões de custos com formação no exterior, dos projectos de diplomas sobre quadros de pessoal ou de ampliação ou criação de novas estruturas etc.

d) Desorganização ou deficiente organização dos arquivos.

e) Não utilização da contabilidade de custos.

f) Inexistência de estatísticas sobre o trabalho administrativo. Pouca preocupação de raciocínio exacto e de utilização de técnicas de quantificação.

g) Excesso de juridismo no conteúdo e estilo das informações.

3. Pessoal:

a) Falta de conhecimento rigoroso dos recursos humanos da Administração Pública, quer na sua quantidade, quer na sua qualidade.

O inquérito aos recursos humanos lançado pela Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento é um passo importante para a supressão dessa lacuna.

b) Disparidade de regimes de vínculos e ausência de critérios objectivos e legais que disciplinem a sua fixação.

Deve-se nomear, contratar ou assalariar? Quem e quando se nomeia? Quem e quando se contrata? Quem e quando se assalaria? Na situação actual, para idênticas funções e cargos iguais, nomeia-se, contrata-se e assalaria-se consoante ministérios.

c) Ausência ou dificuldades de aplicação de uma política de emprego na Função Pública, bem evidenciada pelas seguintes situações, entre outras:

- Persistência de situações de sub-emprego.
- Ausência de critérios que orientem o dimensionamento de quadros de pessoal.
- Tem-se aumentado salários e melhorado sensivelmente as condições sócio-económicas dos funcionários. Em nosso entender é de se continuar nessa via. Só que a ela teria de corresponder uma política de emprego na Função Pública visando: disciplinar o crescimento dos efectivos; formação e aperfeiçoamento permanentes.

d) Ausência de planificação, descoordenação e incipiência institucional da função formação na Administração Pública.

Obs: Foram tomadas medidas recentes visando a superação de tal situação.

e) Prevalência de alguns traços caracterizantes do perfil do "funcionário colonial", como sejam: burocratismo, atencioso, pulvalência, autodidactismo e irresponsabilidade.

f) Baixo índice de consciência política, cívica e profissional, que se manifesta no desconhecimento do meio político e social envolvente e do papel da Administração, no estilo de relacionamento com o público, no desinteresse generalizado em participar em tudo que não seja de convocação obrigatória.

De acordo com a situação diagnosticada, em nosso entender, duas medidas básicas se impõem.

1. - Institucionalização a nível da Organização do Governo da função Reforma Administrativa.

2. - Lançamento de um inquérito às estruturas e aos efectivos (quantitativo e qualitativo) como ponto de partida para a elaboração de um plano (indicativo) da Reforma para um período determinado.

Independentemente das duas medidas básicas, outras mais imediatas se impõem, como sejam:

1. - Implementação do processo formativo, com acento: na institucionalização e implantação do CENFA em novos moldes; Implantação de um sistema de formação permanente e integrado na Função Pública; Elaboração de um programa de emergência de capacitação de quadros dirigentes.

2. - Sensibilização dos quadros dirigentes e das chefias pelos problemas de Reforma Administrativa.

3. - Desburocratização de serviços com inadequáveis condições para transformação em empresas ou outros institutos públicos.

4. - Institucionalização de estruturas administrativas de participação (a nível de serviço).

5. - Estabelecimento de normas básicas que condicionam as leis orgânicas dos ministérios e secretarias de Estado.

6. - Estabelecimento de normas básicas a que deve obedecer a fixação de quadros de pessoal.





UMA COISA MUITO IMPORTANTE  
NUMA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL  
É QUE AQUELES QUE DIRIGEM A LUTA NUNCA  
DEVEM CONFUNDIR AQUILO QUE TEM NA  
CABEÇA COM A REALIDADE.  
PELO CONTRÁRIO, QUEM DIRIGE (...) DEVE  
TER MUITAS COISAS NA CABEÇA,  
CADA DIA MAIS, TANTO A PARTIR DA  
PRÓPRIA REALIDADE DA SUA TERRA,  
COMO DA REALIDADE DOUTRAS TERRAS,  
MAS ELE DEVE MEDIR,  
FAZER PLANOS, RESPEITANDO A REALIDADE  
E NÃO AQUILO QUE TEM NA CABEÇA

NÓS COMEÇAMOS A NOSSA LUTA  
COMO QUANDO SE LANÇA UMA SEMENTE  
À TERRA, PARA NASCER.  
DEITA-SE A SEMENTE, NASCE UMA PLANTA  
PEQUENINA, QUE CRESCE,  
CRESCER ATÉ DAR FLOR E FRUTO: ESSE É QUE É  
O CAMINHO DA NOSSA LUTA,  
ETAPA POR ETAPA, PASSO A PASSO,  
PROGRESSIVAMENTE, SEM SALTOS GRANDES.  
ALIÁS, CADA ETAPA SIGNIFICA AO MESMO  
TEMPO MAIORES EXIGÊNCIAS  
NO NOSSO TRABALHO, NA NOSSA DEDICAÇÃO,  
NA NOSSA ENERGIA.  
ISSO É FUNDAMENTAL.

COM A NOSSA LUTA,  
O NOSSO PARTIDO, QUE SINTETIZA A NOSSA  
LUTA, ACONTECE O MESMO. À MEDIDA  
QUE CRESCEMOS, QUE NOS DESENVOLVEMOS,  
QUE A LUTA AVANÇA PARA NOVAS  
ETAPAS, É FUNDAMENTAL QUE CADA  
UM DE NÓS DÉ MAIS, MAIS E MAIS.  
MAIS NO SEU COMPORTAMENTO MORAL,  
NO SEU COMPORTAMENTO POLÍTICO,  
NA SUA CONSCIÊNCIA POLÍTICA,  
NO SEU TRABALHO DE CADA DIA, DE CADA  
HORA, MAIS NA INFLUÊNCIA  
QUE TEM QUE EXERCER SOBRE  
OUTROS CAMAR, PARA OS PÔR NO CAMINHO  
COMO DEVE SER.

AMILCAR CABRAL